



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 017/2015-SEPLAG,
nos Termos do Padrão n.º 01/2002.
Processo n.º 414.001.696/2015**

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado a empresa **HC COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA**, com sede no Setor Hoteleiro Norte – Quadra 1 – Lote A – Bloco A – Edifício Windsor, 5º andar, sala 520, Asa Norte, CEP: 70.701-000, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.202.938/0001-08, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **FRANCISCO GOMES PEDROSA**, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 1.651.427, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 834.184.661-68, na qualidade de Sócio-Diretor da empresa, conforme cópia da Sexta Alteração do Contrato Social de acordo com as fls.324/328, celebram o presente ajuste pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos da Proposta de fls. 364/368, de conformidade com o Processo Administrativo n.º 04300.002536/2014-40, referente ao Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 17/2015, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, no Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, na



Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 11 de outubro de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 12 de novembro de 2010, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação correlata.

Clausula Terceira – Do Objeto

3.1 O Contrato tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra óptica, para realizar serviços de conexão física na rede GDFNet, abrangendo a instalação e a certificação de infraestrutura de fibras ópticas com fornecimento de materiais, nas condições e forma descritas no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 17/2015 e seus Anexos, na Ata de Registro de Preços nº 07/2015 e na Proposta de fls.364/368, conforme descrição dos itens no Anexo I deste contrato e detalhamento abaixo:

ITEM	SERVIÇO	Qtd.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Abertura e fechamento de vala por metro – MD SOLO BRUTO	30.000	15.00	450.000,00
2	Abertura e fechamento de vala por metro – MD SOLO ASFALTICO	4.000	40.00	160.000,00
3	Método não destrutivo - MND	8.000	48.00	384.000,00
5	Lançamento de dutos de 100mm por metro linear	36.000	9.00	324.000,00
6	Lançamento de subdutos em rede existente, por metro linear	20.000	7.00	140.000,00
7	Lançamento de subduto quádruplo, em vala ou rede existente, por metro linear	10.000	15.00	150.000,00
8	Lançamento de eletrodutos, eletrocalhas ou similares (metro)	1.000	25.00	25.000,00
9	Lançamento de eletrodutos metálicos por metro linear	1.000	20.00	20.000,00
10	Recolhimento e relançamento de cabo óptico interno	1.000	5.00	5.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

11	Lançamento de cabo óptico interno (metro) 12 vias	2.000	8,00	16.000,00
12	Recolhimento e relançamento de cabo óptico subterrâneo	2.000	5,00	10.000,00
13	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 12 vias	20.000	10,00	200.000,00
14	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 24 vias	15.000	10,00	150.000,00
16	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 48 vias	15.000	14,00	210.000,00
17	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 72 vias	5.000	19,00	95.000,00
18	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 96 vias	30.000	22,50	675.000,00
19	Lançamento de cabo óptico subterrâneo, 144 vias	10.000	26,00	260.000,00
20	Cabo UTP Cat. 6 (metro) com conectores	5.000	6,00	30.000,00
21	Lançamento de Cabo óptico interno multimodo (metro) 12 vias	1.000	15,00	15.000,00
22	Lançamento de Cabo óptico interno Multimodo (metro) 24 vias	1.000	20,00	20.000,00
26	Lançamento de cabo óptico aéreo 12 vias	20.000	8,50	170.000,00
27	Lançamento de cabo óptico aéreo 24 vias	30.000	11,00	330.000,00
29	Lançamento de cabo óptico aéreo 48 vias	10.000	16,00	160.000,00
31	Lançamento de cabo óptico aéreo 96 vias	30.000	20,50	615.000,00
32	Lançamento de cabo óptico aéreo 144 vias	10.000	28,00	280.000,00
33	Instalação de tampa de concreto para caixa de passagem, tipo R1	10	150,00	1.500,00
34	Instalação de tampa de ferro para caixa de passagem, tipo R1	10	400,00	4.000,00
35	Instalação de tampa de concreto para caixa de	10	170,00	1.700,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Haveendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Controle e Corrupção, no telefone 0800-6449060.

	passagem, tipo R2				
36	Instalação de tampa de ferro para caixa de passagem, tipo R2	10	700,00	7.000,00	
37	Instalação de caixa de passagem, tipo R1, com tampa de concreto	30	450,00	13.500,00	
38	Instalação de caixa de passagem, tipo R2, com tampa de concreto	30	650,00	19.500,00	
39	Instalação de caixa para emenda, tipo R1 com tampa de ferro	250	750,00	187.500,00	
40	Instalação de caixa para emenda, tipo R2 com tampa de ferro	200	820,00	164.000,00	
41	Instalação de caixa para emenda, tipo R3 com tampa de ferro	20	1.200,00	24.000,00	
43	Infraestrutura – DIO 12 Fibras	150	650,00	97.500,00	
44	Infraestrutura – DIO 24 Fibras	50	1.000,00	50.000,00	
45	Infraestrutura – DIO 48 Fibras	10	1.700,00	17.000,00	
46	Infraestrutura – DIO 96 Fibras	10	2.500,00	25.000,00	
47	Infraestrutura – DIO 144 Fibras	10	4.000,00	40.000,00	
48	Infraestrutura – Rack 10 U	150	800,00	120.000,00	
49	Infraestrutura – Rack 20 U	30	1.600,00	48.000,00	
50	Infraestrutura – Rack 40 U	30	2.500,00	75.000,00	
51	Fusão de fibra	10.000	10,20	102.000,00	
52	Certificação de instalação	5.000	6,00	30.000,00	
53	Projeto com trágado de fibra ótica interna em CAD para o órgão abordado e o MP	150	500,00	75.000,00	
54	Projeto com trágado de fibra ótica externa em CAD	150	1.500,00	225.000,00	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 "

	para a distribuidora de energia elétrica e o MP			
55	As Built dos projetos em CAD para o órgão abordado e o MP	150	100,00	15.000,00
56	As Built dos projetos em CAD para a distribuidora de energia elétrica e o MP	150	800,00	120.000,00
57	Identificação do cabo óptico	15.000	5,00	75.000,00
58	Instalação de caixas de emenda Interna, 12 fibras	30	600,00	18.000,00
59	Instalação de caixas de emenda Interna, 24 fibras	5	670,00	3.350,00
60	Instalação de caixas de emenda Padrão FOXC , 12 fibras	50	670,00	33.500,00
61	Instalação de caixas de emenda Padrão FOXC, 24 fibras	20	670,00	13.400,00
63	Instalação de caixas de emenda Padrão FOXC, 48 fibras	50	1.358,80	67.940,00
65	Instalação de caixas de emenda Padrão FOXC , 96 fibras	30	1.100,00	33.000,00
66	Instalação de caixas de emenda Padrão FOXC, 144 fibras	10	1.200,00	12.000,00
67	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST, 12 fibras	30	1.500,00	45.000,00
68	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST, 24 fibras	50	1.700,00	85.000,00
70	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST, 48 fibras	20	2.000,00	40.000,00
72	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST, 96 fibras	20	2.300,00	46.000,00
73	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST, 144 fibras	20	2.400,00	48.000,00



74	Cordão óptico 6m monomodo	200	40,00	8.000,00
75	Cordão óptico 6m multimodo	100	45,00	4.500,00
76	Cordão óptico 6m monomodo	200	45,00	9.000,00
77	Cordão óptico 6m multimodo	100	60,00	6.000,00
78	Cordão óptico 1,5m monomodo	100	50,00	5.000,00
79	Cordão óptico 1,5m monomodo	300	50,00	15.000,00
80	Abertura de cortina de concreto	50	200,00	10.000,00
82	Terminador Óptico 12 portas	100	441,19	44.119,00
83	GBIC Monomodo 20km	200	600,00	120.000,00
84	GBIC Monomodo Monofibra 20 km	400	450,00	180.000,00
85	GBIC Monomodo Monofibra 40 km	50	1.600,00	80.000,00
86	Tranceiver Monomodo	150	400,00	60.000,00
87	Tranceiver Monomodo Monofibra	20	900,00	18.000,00
88	GBIC Multimodo	50	350,00	17.500,00
89	Tranceiver Multimodo	20	450,00	9.000,00
90	Gabinete Outdoor	30	23.000,00	690.000,00
VALOR TOTAL				8.152.509,00

3.2 No preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos associados à execução dos serviços e fornecimento dos materiais descritos neste Contrato para os serviços de acessos e de adequação de trechos de *backbone*, inclusive os serviços durante o período de garantia oferecido pela Contratada, frete, seguro, impostos, bem como quaisquer outras despesas incidentes na execução deste Contrato.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 "

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução dos Serviços

4.1 O Contrato será executado de forma indireta sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

4.2 Configuração da Rede e Detalhes dos Acessos e do *Backbone*

4.2.1 O cabo principal (*backbone*) da rede INFOVIA Brasília foi lançado utilizando em parte a infraestrutura de distribuição de energia elétrica (dutos e postes) da Companhia Energética de Brasília – CEB – e em parte a infraestrutura de dutos própria, construída pelo MP.

4.2.2 Ao longo do *backbone*, foram instaladas caixas de emenda para sangria, a partir das quais são derivadas fibras ópticas para atendimento a prédios onde funcionam órgãos da administração pública conectados à rede.

4.2.3 Para fins deste Contrato, denominam-se “serviços de acesso” o conjunto de atividades e materiais necessários ao atendimento com infraestrutura óptica de determinado órgão e ou entidade; e “serviços de adequação do *backbone*” a adequação da infraestrutura óptica da parte central da rede.

4.2.4 Na parte externa, antes de chegar ao prédio abordado, será utilizada a infraestrutura de dutos subterrâneos e postes da CEB, ou rede própria do MP, por onde serão lançados cabos ópticos segundo as normas de compartilhamento (Normas Técnicas de Distribuição) daquela empresa (NTD – 8.03: Critérios para Uso Compartilhado de Instalações de Distribuição, NTD – 8.05: Manual Técnico de Compartilhamento de Postes pelas Empresas de Telecomunicações, NTD – 8.06: Manual Técnico de Compartilhamento de Dutos pelas Empresas de Comunicações e Módulo 3 – Série Segurança e Medicina do Trabalho, editados pela CEB), as quais estão disponíveis no sítio eletrônico http://www.ceb.com.br/Ceb/Ceb/area.cfm?id_area=13&nivel=2.

4.2.4.1 É dever da CONTRATADA, no momento da execução do serviço, consultar esse sítio da CEB sobre a existência de versão mais atualizada das referidas normas, bem como de outras normas eventualmente emanadas daquela empresa. Também devem ser obedecidas as normas e padrões da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pertinentes ao tipo de serviço e à qualidade dos



materiais e serviços aplicados nos acessos e na parte central das redes (*backbone*) nos serviços do *backbone*.

4.2.5 Nos locais onde não há infraestrutura da CEB ou não estiver disponível, a CONTRATADA deverá construir a infraestrutura necessária para passagem dos cabos desde a caixa de emenda até o prédio em questão.

4.2.6 No caso de rede subterrânea tanto da CEB e do MP, o cabo óptico a ser instalado deverá ser relançado dentro do mesmo subduto de onde foi retirado o cabo danificado.

4.2.7 Para os casos de adequação em rede aérea, o cabo deverá ser sustentado com o

auxílio de cordoalhas de aço, cuja instalação deverá respeitar as distâncias dos condutores da rede elétrica e do solo, conforme estabelecido pelas normas listadas no subitem 1.4, desta cláusula, e disponíveis no site eletrônico

http://www.ceb.com.br/Ceb/area.cfm?id_area=13&nivel=2.

4.2.8 As caixas de emenda para a reconstrução do *backbone* na rede subterrânea não poderão ficar alojadas em hipótese alguma nas caixas da rede da CEB. Tais caixas de emenda subterrâneas deverão ser alojadas em caixas do tipo R2 a serem construídas ou já em uso na rede INFOVIA Brasília e nas demais redes, conforme projeto. Por sua vez, as caixas de emenda na rede aérea não poderão ser fixadas no poste em hipótese alguma, devendo ser instaladas no vão, presas na cordoalha, juntamente com a reserva técnica (folga)

do cabo óptico.

4.2.9 Deverão ser efetuadas, compreendendo todos os acessórios e serviços necessários, as descidas laterais dos cabos ópticos nos postes até as caixas de emenda de sangria, as quais serão alojadas em caixas subterrâneas de serviço.

4.2.10 Na rede subterrânea, o cabo óptico e reservas técnicas serão acomodados em cada caixa subterrânea (tipo R2) por meio de suporte tipo “J”, que deve ser fixado na parede da caixa.

4.2.11 Deverão ser fornecidos todos os acessórios e materiais necessários para o serviço de relançamento e instalação do cabo óptico na rede de dutos e postes da CEB, bem como na rede própria do MP, para uma perfeita reconstrução do *backbone*.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

“Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Unidade de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060”

4.3 Esquema de Ligação dos Prédios Abordados e Adequação do *Backbone*

4.3.1 A localização do ponto de origem e de destino das fibras será determinada pelo MP e pelos demais órgãos participantes do processo, quando da solicitação do serviço.

4.3.2 Para a realização dos serviços no *backbone* e nos acessos, a CONTRATADA deverá realizar vistoria prévia nos locais de execução dos serviços e apresentar planilha orçamentária preliminar para aprovação do MP e ou do CONTRATANTE. Após essa etapa preliminar, um Memorial Descritivo, um cronograma de trabalho e um Projeto Executivo, com o traçado do caminho da fibra óptica, desde o ponto inicial até o ponto final, deverão ser apresentados para a aprovação do MP e do CONTRATANTE, tanto para os serviços de acesso quanto para os de *backbone*.

4.3.3 Para atendimento dos órgãos, no serviço de acesso, serão utilizados cabos de 12, 24, 36 ou 48 fibras, que levarão o sinal óptico da caixa de emenda mais próxima ao órgão em questão até o Distribuidor Geral Óptico (DGO) ou terminador óptico instalado em cada prédio abordado pelas redes.

4.3.4 Para adequação de trechos do *backbone* serão utilizados cabos de 72, 96 ou 144 fibras, que fazem o transporte do sinal óptico na parte central da rede (*backbone*), dos quais são derivados os cabos de acesso para atender aos órgãos da administração pública ligados à INFOVIA e ou das redes dos demais participantes da contratação. Parte desses cabos de *backbone* ocupa a rede de distribuição de energia, tanto subterrânea quanto aérea da CEB, sendo que o restante dos cabos está alojado em rede subterrânea própria do MP.

4.4 Adequações no Cabo Principal (*backbone*) da Rede

4.4.1 Rede Aérea

4.4.1.1 A CONTRATADA deverá fazer a reconstituição da rede óptica instalada na rede de postes da CEB utilizando as reservas existentes, aplicando todos os materiais e serviços necessários para tal execução. Na eventualidade de não existirem reservas suficientes para a execução do serviço de adequação do *backbone*, a CONTRATADA deverá prever os serviços e materiais necessários à reconstituição completa do cabo óptico e apresentar tais itens na planilha orçamentária para aprovação dos serviços pelo MP ou pelo CONTRATANTE.

4.5.1.2 Onde houver e, quando possível, desde que autorizado pela CEB e pelo MP, a CONTRATADA poderá utilizar a infraestrutura elétrica para condução da fibra óptica até o órgão. Nessa hipótese, deverão ser seguidas as normas listadas no subitem 1.4, desta Clausula, e disponíveis no site eletrônico http://www.ceb.com.br/Ceb/Ceb/area.cfm?id_area=13&nivel=2.

4.5.1.3 A CONTRATADA deverá, ainda, acessar a caixa de emenda de sangria e efetuar todas as fusões e identificações necessárias nas fibras ópticas para conexão dos prédios abordados pelas redes envolvidas nessa contratação, de acordo com as normas e padrões de qualidade exigidos para tal serviço neste Contrato.

4.5.1.4 Os projetos executivos e As *Builts* de infraestrutura externa até 1.000 metros distantes do prédio abordado pela rede serão compostos pelos itens descritos nas alíneas b.2 e b.6 da Clausula Décima Primeira. A distância em questão será considerada de forma linear desde a caixa de sangria até a efetiva entrada no prédio abordado.

4.5.1.5 Os projetos executivos e As *Builts* de infraestrutura externa acima de 1.000 metros distantes do prédio abordado pela rede serão compostos pelos itens descritos nas alíneas b.2

4.5	Prédios Abordados (Acessos)	4.5.1	Infraestrutura Externa
-----	-----------------------------	-------	------------------------

4.4.2 Rede Subterrânea

4.4.2.1 Na reconstrução do cabo lançado na rede subterrânea da CEB ou do MP, a CONTRATADA também deverá utilizar as reservas existentes na rede atual para a execução dos serviços de recomposição do *backbone*. Na eventualidade de não existirem reservas suficientes para a perfeita e completa reconstrução do cabo, a CONTRATADA incluirá na planilha orçamentária todos os serviços e materiais necessários à realização da implantação da infraestrutura para a perfeita reconstrução do *backbone*. Ressalte-se que a referida planilha orçamentária deverá ser apresentada para a aprovação do serviço pelo MP ou CONTRATANTE.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Flavendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

b.3, b.6 e b.7 da Cláusula Décima Primeira. A distância em questão será considerada de forma linear desde a caixa de sangria até a efetiva entrada no prédio abordado.

4.5.1.6 Os projetos executivos e As *Builts* de infraestrutura externa para adequações das redes, tanto na parte central quanto em trechos secundários, serão compostos pelos itens descritos pelas alíneas b.3 e b.7 da Cláusula Décima Primeira.

4.6 Infraestrutura Interna

4.6.1 Na parte interna dos prédios abordados, a CONTRATADA realizará todos os serviços de acabamento na chegada e na saída da infraestrutura de suporte à condução do cabo óptico, bem como a instalação de eletrodutos de PVC ou Metálico com, no mínimo, 1" (uma polegada), específicos para passagem de fibra óptica, ou eletrocalha no trajeto interno por onde o cabo óptico passará até a sua terminação. A localização de tal terminação será definida em cada acesso, conforme indicação do órgão, do MP ou do CONTRATANTE e deverá constar no Projeto Executivo a ser apresentado pela CONTRATADA para aprovação do MP ou do CONTRATANTE. As instalações internas deverão obedecer às normas pertinentes para cabeamento óptico estruturado e, em qualquer caso, à padronização e orientação existente em cada órgão ou entidade abordada no acesso.

4.6.2 Se houver necessidade de instalação de uma estrutura diferente de PVC ou Metálico, em função de questões de padrões internos do prédio abordado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente adequar a infraestrutura que conduzirá a fibra até a terminação do prédio, segundo a realidade de materiais, padrões e *layout* do órgão no prédio abordado. Essa adequação deverá ser contabilizada nos itens referentes à infraestrutura interna listados na Planilha de Quantitativos e Preços da Cláusula Terceira e do Anexo I, deste Contrato. A abertura e recomposição de forros, paredes, tetos e demais intervenções é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.6.3 A CONTRATADA deverá fornecer todos os acessórios e materiais necessários para execução do serviço de lançamento e instalação do cabo óptico na parte interna e imediações externas dos prédios, inclusive para pequenos serviços de infraestrutura civil, tais como recomposição de acabamentos em gesso, furação de lajes, cortinas de concreto ou paredes, pintura de paredes entre outros, necessários à entrega da infraestrutura em estado igual, ou melhor, ao encontrado originalmente no órgão que receberá o acesso.



4.7 Interações com a Concessionária de Energia Elétrica

4.7.1 Para acesso à rede de dutos e postes da CEB, sempre que necessário, ou para

utilização dela para passagem da infraestrutura óptica, onde for o caso, a CONTRATADA deverá seguir estritamente as orientações daquela empresa para acesso e manuseio de suas instalações elétricas, além das normas listadas no subitem 4.11.4, desta Clausula, e disponíveis no site eletrônico http://www.ceb.com.br/Ceb/area.cfm?id_area=13&nivel=2, bem como as demais orientações constantes no item 4.8 Condições Gerais, desta Clausula.

4.7.2 As atividades na rede da CEB devem ser executadas por profissionais devidamente habilitados, obedecendo a todos os requisitos de segurança, tais como: uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI –, Equipamento de Proteção Coletiva – EPC –, entre outros, nos termos das normas específicas sobre segurança em instalações elétricas. Qualquer acidente que por ventura venha a ocorrer com os técnicos envolvidos na instalação do cabo óptico será de única e exclusiva responsabilidade do executante do serviço.

4.7.3 Os serviços de lançamento e instalação dos cabos ópticos nos dutos e postes da CEB deverão ser necessariamente acompanhados por fiscal designado por aquela empresa. Para tanto, para cada órgão ou conjunto de órgãos que devam ser atendidos ou terem adequação no *backbone*, a CONTRATADA deverá apresentar para fiscalização, por parte da CEB, um cronograma de atividades na rede daquela empresa que necessitem de acompanhamento. Tal cronograma é necessário para agendar data e hora junto à CEB, e aquela empresa designar um fiscal para acompanhamento das atividades.

4.7.4 A CONTRATADA é responsável por todas as providências necessárias junto à CEB para a realização do serviço de lançamento e fixação das fibras ópticas nos seus dutos e postes, a fim de atender os acessos e/ou adequações no *backbone*.

4.8 Condições Gerais

4.8.1 Para a execução de cada adequação de trecho de *backbone* e de cada acesso, deverá

ser elaborada uma planilha orgamentária preliminar, indicando os quantitativos de materiais e serviços a serem utilizados. Tal planilha servirá de base para a decisão do MP ou do CONTRATANTE de executar ou não o acesso ou a adequação, e não deverá gerar qualquer



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste assentimento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone (0800-6449060)

custo ou comprometimento do CONTRATANTE em executar os referidos serviços com a CONTRATADA antes da aprovação da planilha orçamentária sob análise.

4.8.2 Uma vez aprovada pelo MP ou pelo CONTRATANTE, a planilha orçamentária servirá de base para a elaboração do Projeto Executivo, que deverá detalhar o trecho do *backbone* a ser adequado e/ou a implantação da infraestrutura de acesso. Tal Projeto Executivo será submetido à aprovação do MP e ou do CONTRATANTE e do órgão principal do prédio a ser abordado com a infraestrutura óptica, para os casos dos acessos. Além disso, onde houver utilização de infraestrutura da CEB, o Projeto Executivo deverá ser elaborado de acordo com as normas daquela empresa para apresentação e aprovação por ela, sendo que todo o trâmite de apresentação e aprovação do projeto junto à CEB ficará a cargo da CONTRATADA.

4.8.3 A CONTRATADA deverá designar profissional qualificado que atuará como gerente de projeto, coordenando os demais profissionais envolvidos na execução do objeto, para garantir a sintonia das diversas atividades e o bom andamento do cronograma de trabalho. O gerente de projeto também será o ponto de contato com os representantes do MP e ou do CONTRATANTE, para os quais reportará as atividades, fatos e eventuais dificuldades, que serão objeto de registro entregue mensalmente ao fiscal da execução do contrato.

4.8.4 Devem ser efetuadas todas as identificações necessárias nos cabos ópticos na rede aérea e ou na rede subterrânea, bem como no interior dos prédios abordados e nas tampas das caixas subterrâneas, segundo as normas estabelecidas neste Contrato. Deverá ser instalada uma placa de identificação dentro de cada caixa subterrânea e em cada poste por onde passarem as fibras ópticas.

4.9 Testes e Medições

4.9.1 Para garantir a qualidade dos cabos e serviços executados, a CONTRATADA deverá executar e entregar ao final de cada serviço de infraestrutura, os seguintes testes e medições nas fibras ópticas:

4.9.1.1 Antes do lançamento do cabo: teste OTDR de pré-lançamento para lances de cabo acima de 3.000 (três mil) metros para a verificação da continuidade e possíveis avarias causadas na manipulação do cabo óptico antes do seu lançamento nos dutos e postes.



4.10 Certificações:

- a) Teste de enlace: para avaliar a integridade das fibras, se há inversão de fibras, fibras quebradas ou fibras trincadas e ou a atenuação causada por emendas, conectores e pela distância.
- b) Teste de potência óptica: para verificar a diferença da potência emitida e da recebida.

4.10.1 Todas as certificações deverão ser feitas entre os pontos finais de fusão. No caso de serviços de acesso, esses pontos finais de fusão são o DIO ou terminador óptico do órgão em questão (ponto A) e o DIO ou terminador óptico conectado na outra ponta da fibra (ponto B). No caso de serviços de adequação do *backbone*, esses dois pontos finais serão definidos pelo MP, que possivelmente serão as caixas de emendas mais próximas do serviço de adequação ou os DIOs dos concentradores do segmento onde for executada a adequação.

4.10.2 Todos os testes deverão ser feitos em todas as fibras conectadas ao DIO nos dois sentidos, do ponto A para o ponto B e vice-versa e também para as fibras de *backbone*.

4.10.3 Todos os testes deverão ser executados na janela 1310 nm e 1550 nm, devendo ser gravados em mídia eletrônica, identificando perfeitamente o número da fibra, a rota de A para B e a rota de B para A. Esses dados devem ser apresentados em forma de relatório, a fim de espelhar as medidas efetuadas em campo, de forma clara e concisa. Esses relatórios devem ser entregues impressos e em mídia eletrônica, sempre após a conclusão dos testes e medições no acesso para abordagem de um órgão e nas adequações no *backbone*.

4.10.4 Todas as fibras a serem instaladas deverão ser certificadas e homologadas pela ANATEL.

4.11 Da forma de execução e da entrega dos serviços

4.11.1 A execução dos serviços ocorrerá de acordo com a necessidade do CONTRATANTE que, para cada empreitada, indicará o trecho do *backbone* a ser adequado, ou o órgão ou o conjunto de órgãos que serão abordados para a execução dos serviços de infraestrutura no acesso a ser abordado pelas redes.

4.11.2 O CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA ofício ou e-mail solicitando a vistoria de campo para conhecer a infraestrutura (*Site Survey*) e a elaboração da planilha orçamentária preliminar do(s) serviço(s) a ser(em) executado(s).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

“Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Coordenadoria de Combate à Corrupção, no telefone (0800-64.19060)”

4.11.3 Para cada serviço demandado, a CONTRATADA deverá compor os quantitativos necessários à execução, limitados aos quantitativos estimados na Planilha de Quantitativos e Preços constantes na Cláusula Terceira deste Contrato, apresentando os preços unitários e globais para a execução da infraestrutura óptica demandada. Para tanto, será necessário executar a vistoria ou *Site Survey*, elaborar a planilha orçamentária preliminar e o Projeto Executivo, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA, deste instrumento.

4.11.4 Após a apresentação dessa planilha orçamentária preliminar, o CONTRATANTE poderá ou não aprovar a execução dos serviços, dependendo da solução técnica adotada, disponibilidade financeira e da viabilidade financeira do serviço.

4.11.5 Após a aprovação da planilha orçamentária preliminar, o CONTRATANTE encaminhará Ofício à CONTRATADA autorizando a execução do serviço, iniciando-se aí a contagem do prazo de execução estabelecido neste Contrato.

4.11.6 O prazo de início para a execução dos serviços de infraestrutura do acesso aos prédios abordados deve ser de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da solicitação formal do CONTRATANTE, incluída nesse prazo a elaboração e aprovação dos Projetos Executivos.

4.11.7 O início dos serviços de infraestrutura deverá ser comunicado formalmente ao CONTRATANTE pela CONTRATADA. Tal comunicação poderá dar-se por meio de mensagem eletrônica ou por carta endereçada ao CONTRATANTE.

4.11.8 A CONTRATADA deverá entregar o Projeto Executivo, conforme já especificado, do trecho do *backbone* a ser adequado ou do órgão abordado com, no máximo, 05 (cinco) dias úteis antes do início dos serviços de infraestrutura óptica.

4.11.9 O prazo de conclusão para cada serviço de infraestrutura individual, com até 2.000 metros de extensão de fibra, não deve ultrapassar 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do início das instalações mencionado anteriormente. Portanto, o prazo máximo desde a solicitação da contratante até a conclusão do serviço não deverá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

4.11.10 O prazo de conclusão para cada serviço de infraestrutura individual, com mais de 2.000 metros de extensão de fibra, não deve ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias corridos.



contados a partir da data do início das instalações mencionado anteriormente. Portanto, o prazo máximo desde a solicitação do CONTRATANTE até a conclusão do serviço não deverá ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos.

4.11.11 Concluída a totalidade dos serviços de adequação do *backbone* ou de acesso do órgão abordado e após o recebimento formal e integral dos resultados dos testes de conformidade das fibras, do *As Built* e do certificado de garantia dos serviços e materiais, emitidos pela CONTRATADA; o órgão CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceitação em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do comunicado da conclusão do serviço de infraestrutura.

4.11.12 Após a emissão do Termo de Aceitação, a CONTRATADA poderá emitir a Nota Fiscal nos valores correspondentes aos serviços executados e de acordo com o previamente aprovado pelo CONTRATANTE na planilha orçamentária definitiva de execução dos serviços.

4.12 Dos Procedimentos e Critérios de Aceitação

4.12.1 Os procedimentos e critérios de aceitação de darão na forma descrita abaixo:

Id	Etapa/Fase/Item	Indicador	Valor Mínimo Aceitável
----	-----------------	-----------	------------------------

1 Entrega do Projeto Executivo – 5 dias úteis antes do início dos serviços.

2 Início dos serviços – 15 dias corridos após a solicitação da Prazo Contratante, incluído neste prazo a elaboração e aprovação dos Projetos Executivos.

3 Prazo de conclusão e entrega dos serviços com até 2km de extensão – 30 dias corridos

4 Prazo de conclusão e entrega dos serviços com mais de 2km de extensão – 45 dias corridos



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

5 Termo de Aceitação da Obra - Até
10 dias úteis após o recebimento Prazo de 100%
do comunicado da conclusão do entrega
serviço.

4.13 Metodologia de Avaliação da Qualidade e da Adequação

4.13.1 A avaliação dos serviços será feita concomitantemente aos Termos de Aceitação das Obras e Serviços, uma vez que só deverão ser pagos os serviços que cumprirem todos os requisitos técnicos descritos na especificação.

4.13.2 Método de Avaliação: para garantir a qualidade dos cabos e serviços executados, a Contratada deverá sempre executar testes e medições nas fibras óticas e gerar um relatório com os resultados obtidos.

4.13.3 Antes do lançamento do cabo: teste OTDR de pré-lançamento para lances de cabo acima de 3.000 (três mil) metros para a verificação da continuidade e possíveis avarias causadas na manipulação do cabo ótico antes do seu lançamento nos dutos e postes.

4.13.4 Tais avaliações envolvem a verificação in loco do serviço realizado, a qualidade do material e do serviço que permita o bom funcionamento do objeto contratado, sendo:

- Teste de enlace: para avaliar a integridade das fibras, se há inversão de fibras, fibras quebradas ou fibras trincadas e a atenuação causada por emendas, conectores e pela distância.
- Teste de potência ótica: para verificar a diferença da potência emitida e da recebida.

4.13.5 Todas as certificações (testes) deverão ser feitas entre os pontos finais de fusão. No caso de serviços de acesso, estes pontos finais de fusão são o DIO ou terminador óptico do órgão em questão (ponto A) e o DIO ou terminador óptico conectado na outra ponta da fibra (ponto B). No caso de serviços de adequação do backbone, estes dois pontos finais serão definidos pela SEGAD; possivelmente as caixas de emendas mais próximas do serviço de adequação.

4.13.6 Todos os testes deverão ser executados na janela 1310 nm e 1550 nm, devendo ser gravados em mídia eletrônica, identificando perfeitamente o número da fibra, a rota de A para B e a rota de B para A. Esses dados devem ser apresentados em forma de relatório, a



fim de espelhar as medidas efetuadas em campo, de forma clara e concisa. Esses relatórios devem ser entregues impressos e em mídia eletrônica, sempre após a conclusão dos testes e medições no acesso para abordagem de um órgão e nas adequações no backbone.

4.13.7 Todas as fibras a serem instaladas deverão ser certificadas e homologadas pela ANATEL.

Clausula Quinta – Do Valor

O valor total do Contrato é de **R\$ 8.152.509,00** (oito milhões cento e cinquenta e dois mil quinhentos e nove reais), devendo a citada importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

Clausula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 32.101
- II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.5126.0001
- III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39
- IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 O empenho inicial é de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), conforme Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro às fl. 309 e Nota de Empenho nº 2015NE00630, emitida em 03/12/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativa. A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando os pagamentos condicionados à aprovação dessa dotação.

Clausula Sétima – Do Pagamento

7.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, conforme Ordens de Serviço executadas, referentes a serviços prestados e concluídos diretamente pela CONTRATADA.

7.2 O pagamento será realizado para cada Ordem de Serviço emitida, executada e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

finalizada, tanto para acessos quanto para adequação de backbone. Tal pagamento só ocorrerá após a emissão, pela SEPLAG, do Termo de Aceite da Obra em condições consideradas próprias. Após a emissão do Termo de Aceite, a SEPLAG terá 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento dos serviços prestados.

7.3 O pagamento será realizado para cada trecho de *backbone* adequado, acesso de órgão ou de conjunto de órgãos executados em cada empreitada. Tal pagamento só ocorrerá após a emissão, pela Contratante, do Termo de Aceite do serviço de infraestrutura, nas condições indicadas na Cláusula Quarta deste Contrato. Após a emissão do Termo de Aceite, a Contratante terá 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento dos serviços prestados.

7.4 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.5 Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7 Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$



Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.8 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;
- Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda do Distrito Federal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. A vigência do Contrato não exclui nem diminui a obrigação da Contratada em prestar garantia e suporte técnico do objeto entregue.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1 Da garantia contratual

9.1.1 Por ocasião da celebração do Contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, correspondendo ao valor de R\$ 407.625,45 (quatrocentos e sete mil seiscentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos), mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-64490601

autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.1.2 Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do Art. 61 da Lei Complementar nº 11, de 04 de maio de 2000, podendo o Contratante recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

9.1.3 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pelo Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de três dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

9.1.4 O Contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

9.1.5 A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos Arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada após a extinção do Contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias



corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - A cada renovação do Contrato a garantia deverá ser atualizada, desde que haja atualização do valor contratado;

V - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do Contrato.

VI - A garantia de execução do Contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade durante a execução do Contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013):

a) a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogações por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do Contrato; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco de Brasília em conta única do Tesouro do Distrito Federal em favor do CONTRATANTE;

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

g) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

h) a garantia será considerada extinta; (Incluído a pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a



CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

2. Após o término da vigência do Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

j) deverá haver previsão expressa no Contrato e seus aditivos de que a garantia prevista no inciso XIX deste artigo somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, desta Instrução Normativa, observada a legislação que rege a matéria. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

9.2 Da garantia dos materiais e serviços

9.2.1 A garantia abrangerá todos os materiais por um período de 60 (sessenta) meses e, para os serviços de instalação, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da emissão do Termo de Aceitação do serviço de infraestrutura para cada acesso construído ou para cada adequação no *backbone* realizada.

9.2.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá atender aos chamados e realizar os serviços necessários, no prazo máximo de 06 (seis) horas a partir da notificação. Para tanto, a CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura de chamados, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00 (horário comercial), em Brasília. Os chamados serão registrados e poderão ser efetuados através de fax, telefone ou e-mail.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 O CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico por registro de Preços nº 17/2015 - MPOG e neste Contrato, e em especial:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

“ Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 ”

a) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos serviços que são objeto deste Contrato.

b) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Contrato, em especial a Cláusula Terceira – Do Objeto, Cláusula Décima Primeira – Obrigações e Responsabilidades da Contratada e da Clausula Quarta - Forma de Execução e Entrega dos Serviços.

c) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por meio de um fiscal, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Contrato.

d) Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 Compete à CONTRATADA:

a) executar os serviços obrigatoriamente nos prazos estipulados neste Contrato.

b) fornecer, instalar e certificar a infraestrutura de fibras ópticas, conforme todas as especificações deste Contrato, obedecendo às seguintes etapas:

b.1) *Site Survey*: realizar a avaliação das instalações físicas da rede de dutos e postes da CEB, da rede do CONTRATANTE e dos prédios abordados por onde serão lançados os cabos de fibra óptica tanto para adequações no *backbone* quanto para os acessos, a fim de elaborar a planilha orçamentária preliminar, que será submetida à aprovação do CONTRATANTE:

b.2) Projeto Executivo Interno: elaboração e entrega ao CONTRATANTE, em mídia eletrônica e cópias impressas, do Projeto Executivo plotado em CAD (*Computer Aided Design*) para cada acesso dos órgãos abordados ou adequação do *backbone*, contendo o traçado do caminho da fibra óptica, desde o ponto inicial até o ponto final da infraestrutura a ser lançada – considerando a distância de forma linear de até 1.000 m desde a caixa de sangria até a efetiva entrada no prédio abordado, o cronograma de atividades, detalhes técnicos da execução dos serviços e lista de pessoas que trabalharão nas atividades previstas no Projeto Executivo de infraestrutura de rede óptica. Para cada acesso, serão entregues 03 (três) cópias impressas, distribuídas da seguinte forma: uma cópia ao CONTRATANTE, para arquivamento, outra para a área de TI do órgão principal do prédio abordado (quando se



tratar de projeto de acesso) e outra para o proprietário do Backbone. Caso o CONTRATANTE seja o proprietário do Backbone, serão entregues apenas 02 (duas) cópias. Nos casos de adequação do Backbone, deverão ser entregues 02 (duas) cópias impressas distribuídas da seguinte forma: uma cópia ao proprietário do Backbone e outra cópia ao CONTRATANTE (caso este não seja o proprietário do Backbone);

b.3) Projeto Executivo Externo: elaboração e entrega de cópias impressas do Projeto Executivo plotado em CAD (*Computer Aided Design*) e em mídia eletrônica, em consonância com os manuais técnicos de compartilhamento de dutos e de postes da CEB, para a rede da CEB desde a caixa de sangria do Backbone, passando pela rede de dutos e postes da CEB até a caixa de entrada do órgão abordado ou para infraestrutura externas com distâncias lineares de rede superiores a 1.000 metros entre o ponto de sangria e a entrada do prédio abordado pelo acesso. Para os acessos deverão ser entregues 03 (três) cópias impressas, que serão distribuídas da seguinte forma: uma cópia dos projetos de acesso ao proprietário do Backbone para arquivamento, outra para o CONTRATANTE (caso este não seja o proprietário do Backbone) e outra para a CEB. Caso o CONTRATANTE seja o proprietário do Backbone, serão entregues apenas 02 (duas) cópias. Nos casos de adequação do Backbone, deverão ser entregues 03 (três) cópias impressas, sendo uma para o proprietário do 114 Backbone, outra para o CONTRATANTE (caso este não seja o proprietário do Backbone) e outra para a CEB;

b.4) Instalação: realização da instalação dos cabos ópticos, caixas de passagem, caixas de emenda, caixas subterrâneas, Racks, DIOS, lançamentos de cabos ópticos aéreos, subterrâneos e conectorização, conforme especificado neste Contrato e as necessidades de cada acesso nos prédios abordados e trechos do Backbone a serem adequados;

b.5) Testes: realização dos testes de conformidade para aceitação das instalações, certificando a infraestrutura óptica implantada, conforme já definido neste Contrato;

b.6) Entrega do *As Built* Interno: elaboração e entrega ao CONTRATANTE, em mídia eletrônica e cópias impressas, da documentação *As Built* plotada em CAD (*Computer Aided Design*) das instalações dos cabos ópticos para cada acesso realizado nos prédios abordados ou adequação do Backbone, contendo o traçado definitivo do caminho da fibra óptica, desde o ponto inicial até o ponto final da infraestrutura lançada – considerando a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

distância de forma linear de até 1.000 m desde a caixa de sangria até a efetiva entrada no prédio abordado. Para os acessos, deverão ser entregues 03 (três) cópias impressas que serão distribuídas da seguinte forma: uma cópia do conforme o construído (*As Built*) da infraestrutura óptica executada de acesso ao proprietário do Backbone para arquivamento, outra para a área de TI do órgão principal do prédio abordado e outra para o CONTRATANTE. Caso o CONTRATANTE seja o proprietário do Backbone, serão entregues apenas 2 (duas) cópias. Nos casos de adequação do *backbone*, deverão ser entregues 02 (duas) cópias impressas, sendo uma para o proprietário do Backbone e outra para o CONTRATANTE (caso esta não seja o proprietário do Backbone).

b.7) Entrega do *As Built* Externo: elaboração e entrega ao CONTRATANTE, em mídia eletrônica e cópias impressas, da documentação *As Built* (como construído) plotados em CAD (*Computer Aided Design*) das instalações dos cabos ópticos na rede de acesso da CEB, partindo da caixa de sangria do Backbone até a caixa de entrada do órgão abordado; ou para infraestruturas externas com distâncias lineares de rede superiores a 1.000 metros entre o ponto de sangria e a entrada do prédio abordado pelo acesso. Para os acessos, deverão ser entregues 02 (duas) cópias impressas que serão distribuídas da seguinte forma: uma cópia do *As Built* de acesso ao proprietário do Backbone para arquivamento e outra para o CONTRATANTE (caso esta não seja o proprietário do Backbone). Caso o CONTRATANTE seja o proprietário do Backbone, será entregue apenas 01 (uma) cópia impressa. Nos casos de adequação do *backbone*, deverão ser entregues 02 (duas) cópias impressas, sendo uma para o proprietário do Backbone e outra para o CONTRATANTE (caso este não seja o proprietário do Backbone);

b.8) Entrega do Certificado de Garantia: emissão do certificado de garantia dos materiais e serviços prestados para cada acesso, executado nos prédios abordados pela rede ou para as adequações no *backbone*, conforme previsto no item 9.2. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS, da Cláusula Nona;

c) A CONTRATADA será responsável por todas as liberações necessárias junto aos Órgãos Fiscalizadores, junto à CEB e junto ao órgão abordado. Todavia, em casos de dificuldades nas liberações, o CONTRATANTE poderá intervir para ajudar a acelerar o processo das liberações;



d) A CONTRATADA deverá prestar todas as informações referentes aos projetos e serviços de infraestrutura em execução, quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

e) Todas as informações referentes aos projetos dos serviços de infraestrutura contratados são consideradas confidenciais não sendo permitida sua divulgação pela CONTRATADA ou por seus agentes, sem a autorização prévia e expressa do CONTRATANTE;

f) A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações contidas em quaisquer mídias ou documentos que seus empregados ou prepostos viêm a obter em função da execução dos serviços prestados ao CONTRATANTE. A CONTRATADA responderá pelos danos que o eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CONTRATANTE ou a terceiros.

Clausula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

Este Contrato somente sofrerá alterações em razão de fatos supervenientes, consoante disposições do Art. 65, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

Clausula Décima Terceira – Das Penalidades

13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Termo de Referência, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 Das Espécies

13.2.1 A CONTRATADA que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto n.º 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF n.º 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

“Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060”

pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006, 35.831, de 19/09/14:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 Da Advertência

13.3.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Logística, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e



II - pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

13.4 Da Multa

13.4.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, por atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do Contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Divisão de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.2.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou Contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.4.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 Da Suspensão

13.5.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de



junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Logística, a licitante e/ou CONTRATADA permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante;

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Logística, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

13.5.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 A declaração de idoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Evitando irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, ao telefone: (61) 3200-6119/0607

13.6.2 A declaração de inidoneidade prevista no item 13.6 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 Das Demais Penalidades

13.7.1 A CONTRATADA que apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Logística, estarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme determina o art. 7º do Decreto nº 26.851/2006:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos Contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 Do Direito de Defesa



f) na hipótese da alínea "b" deste item III, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado.

15.1 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.2 Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "l" a "q" do item I desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia;

b) pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e

c) pagamento do custo da desmobilização.

15.3 Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão deste Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

15.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.5 A aplicação das medidas previstas nas alíneas "a" e "b" do item II desta Cláusula fica a critério do Contratante, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

15.6 É permitido ao Contratante, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial da Contratada, manter este Contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Da fiscalização

17.1 A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Contratante, designado pela Diretoria de Administração, ao qual competirá dirimir as



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone (61) 3063-6100

dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

17.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

Cláusula Décima Oitava - Das Disposições Finais

18.1 A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos que serão apresentados;

18.2 Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo CONTRATANTE, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/93;

18.3 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.4 Este Contrato fica regido pelas disposições contidas nas Leis nº 8.666/93, Lei nº 8.883/94, Lei nº 10.486/02, Decreto nº 4.307/02, Decreto nº 2.809/98 e Decreto 7.174 de 12 de maio de 2010.

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser



providenciado o registro no livro próprio da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

Clausula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília (DF), 14 de dezembro de 2015.

Pelo CONTRATANTE:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela CONTRATADA:

FRANCISCO GOMES PEDROSA

Sócio-Diretor da Empresa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 017/2015-SEPLAG,
nos Termos do Padrão n.º 01/2002.
Processo n.º 414.001.696/2015**

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 –
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO:

ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO
1	Abertura e fechamento de vala por metro – MD SOLO BRUTO	Abertura e fechamento de vala por metro, com no mínimo 15 cm de largura e 80 cm de profundidade, para lançamento de dutos ou subdutos em solo bruto (areia, terra, grama) (custo por metro de vala construída = R\$/metro)
2	Abertura e fechamento de vala por metro – MD SOLO ASFÁLTICO	Abertura e fechamento de vala por metro, com no mínimo 15 cm de largura e 80 cm de profundidade, para lançamento de dutos ou subdutos em solo asfáltico (custo por metro de vala construída = R\$/metro)
3	Método não destrutivo - MND	Método não destrutivo com perfuratriz horizontal de monitoramento pela superfície, com todo material necessário incluso, inclusive tubo PEAD de 50mm. (custo por metro = R\$/metro)
5	Lançamento de dutos de 100mm por metro linear	Lançamento de dutos por metro linear, de PEAD de 100mm, em vala com no mínimo 15 cm de largura e 80 cm de profundidade. (custo por metro de duto lançado= R\$/metro)
6	Lançamento de subdutos em rede existente, por metro linear	Lançamento de subdutos de 26mm de diâmetro, diferenciados por cores, em PEAD, em rede existente (custo por metro de subduto lançado= R\$/metro)
7	Lançamento de subduto quádruplo, em vala ou rede existente, por metro linear	Lançamento em vala ou rede existente de subdutos de formação quádrupla, com 4 (quatro) subdutos de 28 mm de diâmetro, diferenciados por cores, em PEAD (custo por metro de subduto lançado= R\$/metro)
8	Lançamento de eletrodutos, eletrocalhas ou similares (metro)	Lançamento de eletrodutos de PVC/metálico, eletrocalhas em PVC ou similares como proteção da fibra na parte interna do prédio, incluindo a abertura e recomposição de toda a estrutura utilizada (custo por metro instalado e fornecido = R\$/metro instalado e fornecido)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Coordenadoria de Controle e Avaliação (0800-6449060).

9	Langamento de eletrodutos metálicos por metro linear	Langamento de eletrodutos metálicos de 50mm de diâmetro, em área externa de prédios (custo por metro de eletroduto lançado= R\$/metro)
10	Recolhimento e relançamento de cabo óptico interno	Recolhimento e relançamento de cabo no interior dos prédios, por metro, (custo por metro de cabo lançado = R\$/metro). A contratada deverá executar teste de continuidade em todas as fibras do cabo após o seu langamento.
11	Langamento de cabo óptico interno (metro) 12 vias	Langamento, com fornecimento de cabo e todo o material necessário (custo por metro de cabo lançado = R\$/metro). Cabo do tipo "loose tube", que trabalhe na janela de 1310 nm ou 1550 nm, constituído por fibras óticas revestidas em acrílico, posicionadas em tubos preenchidos com geléia reunidas ao redor de um elemento com 12 vias monomodo.
12	Recolhimento e relançamento de cabo óptico subterrâneo	Recolhimento e relançamento de cabo óptico subterrâneo (custo por metro de cabo lançado = R\$/metro). A contratada deverá executar teste de continuidade em todas as fibras do cabo após o seu relançamento.
13	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 12 vias	Langamento, com fornecimento de cabo e todo material necessário, em duto ou subduto subterrâneo (custo por metro de cabo lançado = R\$/metro). Cabo do tipo "loose" ou "tight", que trabalhe na janela de 1310 nm ou 1550 nm, com as fibras revestidas em acrílico, posicionadas em tubos e protegidos por uma capa interna contra roedores e uma capa externa de polietileno retardante a chama, com designação CFOA-SM-DDR-GXXXX-R (onde XXX indica a quantidade de vias do cabo), atenuação máxima 0,36 dB/km e de 0,22 dB/km e dispersão cromática máxima de 3,5 ps/nm.km e 18 ps/nm.km, respectivamente, para as janelas indicadas acima, com 12 fibras Monomodo.
14	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 24 vias	Idem item 13, com 24 fibras Monomodo:
16	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 48 vias	Idem item 13, com 48 fibras Monomodo:
17	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 72 vias	Idem item 13, com 72 fibras Monomodo:
18	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 96 vias	Idem item 13, com 96 fibras Monomodo:
19	Langamento de cabo óptico subterrâneo, 144 vias	Idem item 13, com 144 fibras Monomodo:
20	Cabo UTP Cat. 6 (metro) com conectores	Langamento, com fornecimento de cabo e todo o material necessário (custo por metro = R\$/metro). Cabo do tipo UTP Categoria 6, com conectores RJ45 nas extremidades. O tipo do conectorização, A ou B, será definida no projeto executivo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone (0800-6119060)

21	Lançamento de Cabo óptico interno multimodo (metro) 12 vias	Lançamento, com fornecimento de cabo e todo o material necessário (custo por metro = R\$/metro). Cabo óptico tipo "tight", constituído por fibras ópticas com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido (900µm), reunidas e revestidas por fibras sintéticas dielétricas para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno, que trabalhe na janela de 850nm ou 1300nm, com designação CFOI-MM-EO-XX (onde XXX indica a quantidade de vias do cabo), atenuação máxima 0,35dB/km e de 1,5dB/km, respectivamente, para as janelas indicadas acima, com 12 vias multimodo, 10 GIGABIT OM4 para transmissão de dados a 10Gb a distância mínima de 500 metros.
22	Lançamento de Cabo óptico interno Multimodo (metro) 24 vias	Lançamento, com fornecimento de cabo e todo o material necessário (custo por metro = R\$/metro). Cabo óptico tipo "tight", constituído por fibras ópticas com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido (900µm), reunidas e revestidas por fibras sintéticas dielétricas para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno, que trabalhe na janela de 850nm ou 1300nm, com designação CFOI-MM-EO-XX (onde XXX indica a quantidade de vias do cabo), atenuação máxima 0,35dB/km e de 1,5dB/km, respectivamente, para as janelas indicadas acima, com 24 vias multimodo, 10 GIGABIT OM4 para transmissão de dados a 10Gb a distância mínima de 500 metros.
26	Lançamento de cabo óptico aéreo 12 vias	Lançamento aéreo, com fornecimento de cabo e todo material necessário (custo por metro de cabo lançado = R\$/metro). Cabo do tipo "loose tube", que trabalhe na janela de 1310 nm ou 1550 nm, constituído por fibras ópticas revestidas em acrilato, posicionadas em tubos preenchidos com geleia reunidas ao redor de um elemento central dielétrico, sendo protegidas por uma camada de fios de sustentação, fita de enfaixamento e capa externa de polietileno resistente à luz solar, retardante a chamas com designação CFOA-SM-AE-GXXX-NR ou CFOA-SM-AS80-GXXX-NR (onde XXX indica a quantidade de vias do cabo), atenuação máxima 0,36 dB/Km e de 0,22 dB/Km e dispersão cromática máxima de 3,5 ps/nm.Km e 18 ps/nm.Km, respectivamente, para as janelas indicadas acima, com 12 fibras monomodo.
27	Lançamento de cabo óptico aéreo 24 vias	Idem item 26, com 24 fibras monomodo;
29	Lançamento de cabo óptico aéreo 48 vias	Idem item 26, com 48 fibras monomodo;
31	Lançamento de cabo óptico aéreo 96 vias	Idem item 26, com 96 fibras monomodo;
32	Lançamento de cabo óptico aéreo 144 vias	Idem item 26, com 144 fibras monomodo;
33	Instalação de tampa de concreto para caixa de passagem, tipo R1	Instalação, com fornecimento de todo o material civil necessário, de tampa para caixa de passagem tipo R1. A tampa deverá ser em concreto com altura mínima de 8cm e possuir as dimensões externas da caixa, devendo ser fixada à caixa com concreto, (custo por tampa instalada = R\$ tampa instalada)
34	Instalação de tampa de ferro para caixa de	Instalação, com fornecimento de todo o material civil necessário, de tampa para caixa de passagem tipo R1. Deverá ser feita a retirada da tampa anterior e a

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO



havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone (0800-6449060)

	passagem, tipo R1	recuperação e limpeza da caixa subterrânea. (custo por tampa instalada = R\$ tampa instalada)	
35	Instalação de tampa de concreto para caixa de passagem, tipo R2	Instalação, com fornecimento de todo o material civil necessário, de tampa para caixa de passagem tipo R2. A tampa deverá ser em concreto com altura mínima de 8cm e possuir as dimensões externas da caixa, devendo ser fixada à caixa com concreto. (custo por tampa instalada = R\$ tampa instalada)	
36	Instalação de tampa de ferro para caixa de passagem, tipo R2	Instalação, com fornecimento de todo o material civil necessário, de tampa para caixa de passagem tipo R2. Deverá ser feita a retirada da tampa anterior e a recuperação e limpeza da caixa subterrânea. (custo por tampa instalada = R\$ tampa instalada)	
37	Instalação de caixa de passagem, tipo R1, com tampa de concreto	Instalação, com fornecimento de todo o material, de caixa de passagem tipo R1 medindo, na parte interna, 55cm de profundidade, 35cm de largura e 55cm de comprimento, com tampa de concreto fixada à caixa com concreto de 8cm de altura, e o referido material civil incluso (custo por caixa instalada = R\$ caixa instalada)	
38	Instalação de caixa de passagem, tipo R2, com tampa de concreto	Instalação, com fornecimento de todo o material, de caixa de passagem tipo R2 medindo, na parte interna, 80cm de profundidade, 55cm de largura e 105cm de comprimento, com tampa de concreto fixada à caixa com concreto de 8cm de altura, e o referido material civil incluso (custo por caixa instalada = R\$ caixa instalada)	
39	Instalação de caixa para emenda, tipo R1 com tampa de ferro	Instalação, com fornecimento de todo o material, de caixa de passagem tipo R1 medindo, na parte interna, 55cm de profundidade, 35cm de largura e 55cm de comprimento, tampa de ferro fixada à caixa com concreto, tendo a parte de concreto medida mínima de 8cm. Tampa de ferro pintada com anticorrosivo, com trava de segurança e dobradiças reforçadas que garantiam uso prolongado, com logotipo do MP, medindo 35cm de largura por 55cm de comprimento, com o referido material civil incluso (custo por caixa instalada = R\$ caixa instalada)	
40	Instalação de caixa para emenda, tipo R2 com tampa de ferro	Instalação, com fornecimento de todo o material, de caixa de passagem tipo R2 medindo, na parte interna, 80cm de profundidade, 55cm de largura e 105cm de comprimento, tampa de ferro fixada à caixa em concreto, tendo a parte de concreto medidas mínimas de 8cm. Tampa de ferro pintada com anticorrosivo, com trava de segurança e dobradiças reforçadas que garantiam uso prolongado, com logotipo do MP, medindo 55cm de largura por 105cm de comprimento, com o referido material civil incluso (custo por caixa instalada = R\$ caixa instalada)	
41	Instalação de caixa para emenda, tipo R3 com tampa de ferro	Instalação, com fornecimento de todo o material, de caixa de passagem tipo R3 medindo, na parte interna, 130cm de profundidade, 120cm de largura e 150cm de comprimento, tampa de ferro fixada à caixa em concreto, tendo a parte de concreto medidas mínimas de 8cm. Tampa de ferro pintada com anticorrosivo, com trava de segurança e dobradiças reforçadas que garantiam o uso prolongado, com logotipo do MP, medindo 55cm de largura por 105cm de comprimento, com o referido material civil incluso. (custo por caixa instalada = R\$ caixa instalada)	
43	Infraestrutura – DIO 12 Fibras	Instalação, com fornecimento, de distribuidores Internos Ópticos – DIO, homologados pela ANATEL, para instalação nos prédios indicados. Os DIOS fornecidos devem ser composto de bandejas para acomodação das fibras óticas, adaptadores ópticos para conectores SC-APC, extensões óticas tipo pig tails (para fibra monomodo) com 12 conectores SC-APC para cada DIO e bandeja para acomodação das emendas do cabo óptico resistentes e protegidos contra corrosão. O suporte com os adaptadores ópticos, bem como, as áreas de emenda ótica e	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-644-0660

		armazenamento do excesso de fibras, ficam internos ao produto, conferindo maior proteção e segurança ao sistema (custo por equipamento instalado = R\$/equipamento instalado)
44	Infraestrutura – DIO 24 Fibras	Idem item 43 para 24 fibras
45	Infraestrutura – DIO 48 Fibras	Idem item 43 para 48 fibras
46	Infraestrutura – DIO 96 Fibras	Idem item 43 para 96 fibras
47	Infraestrutura – DIO 144 Fibras	Idem item 43 para 144 fibras
48	Infraestrutura – Rack 10 U	Instalação com fornecimento de bastidor vertical do tipo <i>Rack</i> , para fixação em parede, de 19" (dezenove polegadas) e 10 U's de altura, com dimensões (L= 56 cm, A= 50 cm e P= 68 cm), que abrigará em seu interior um DIO, conectores ópticos do tipo SC/APC, <i>pig tails</i> e um equipamento ativo de rede (que não será responsabilidade de fornecimento da contratada). O <i>Rack</i> deverá ser confeccionado em aço, com porta frontal de vidro temperado e acesso lateral removível (custo por unidade = R\$/unidade instalada).
49	Infraestrutura – Rack 20 U	Idem item 48 com 20 U's de altura e dimensões (L= 56 cm e P= 68 cm) (custo por unidade = R\$/unidade instalada).
50	Infraestrutura – Rack 40 U	Idem item 48 com mínimo de 40 U's de altura e dimensões (L= 56 cm e P= 68 cm) (custo por unidade = R\$/unidade instalada).
51	Fusão de fibra	Fusão de fibra (custo por ponto de fusão = R\$/ponto de fusão)
52	Certificação de instalação	Certificação de instalação realizada, por meio de relatório via OTDR (custo por certificação = R\$/certificação). Cada certificação compreenderá os testes realizados na mesma fibra do ponto A para B e de B para A.
53	Projeto com traçado de fibra ótica interna em CAD para o órgão abordado e o MP	Planta baixa com descritivo técnico (em 4 vias) de encaminhamento interno da fibra desde sua chegada no prédio até a sua terminação no DIO do órgão principal. Quando houver a necessidade de identificação do trajeto dos terminadores ópticos no(s) órgão(s) secundário(s), o(s) mesmo(s) deverá(ão) constar em tal projeto. As cópias/vias do projeto deverão ser entregues em papel e em meio eletrônico (CD OU DVD). (custo por projeto = R\$/projeto).
54	Projeto com traçado de fibra ótica externa em CAD para a distribuidora de energia elétrica e o MP	Planta baixa (em 3 vias) de encaminhamento externo da fibra, desde sua saída da caixa de emenda de sangria até a chegada no prédio do órgão principal abordado. Esse projeto deverá ser para as redes aéreas e/ou subterrâneas, conforme o caso, contendo quantidade de Dutos (Subdutos), tipos de dutos (Subdutos), tipos de fibras. As cópias/vias do projeto deverão ser entregues em papel e em meio eletrônico (CD

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO**



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Controle, no telefone (0800-5449060).

	OU DVD, (custo por projeto = R\$/projeto).	
55	As Built dos projetos em CAD para o órgão abordado e o MP Planta baixa final (em 4 vias) de encaminhamento interno da fibra dos projetos apresentados. As cópias/vias do projeto deverão ser entregues em papel e em meio eletrônico (CD OU DVD) (custo por projeto = R\$/projeto).	
56	As Built dos projetos em CAD para a distribuidora de energia elétrica e o MP Planta baixa final (em 3 vias) de encaminhamento externo da fibra dos projetos apresentados. As cópias/vias do projeto deverão ser entregues em papel e em meio eletrônico (CD OU DVD) (custo por projeto = R\$/projeto).	
57	Identificação do cabo óptico Plaqueia de acrílico para identificação do cabo óptico em seu percurso interno nos prédios e externo. O Modelo e tamanho deverão ser aprovados pelo MP	
58	Instalação de caixas de emenda interna, 12 fibras Instalação, com fornecimento, de caixa interna, com kits de fusão para a caixa FOSC interna instalada e fornecida (custo por caixa instalada = R\$/caixa instalada) com 12 (doze) posições (fibras)	
59	Instalação de caixas de emenda interna, 24 fibras Idem item 58, 24 (vinte e quatro) posições (fibras)	
60	Instalação de caixas de emenda padrão FOSC, 12 fibras Instalação, com fornecimento, de caixa FOSC externa, com kits de fusão para a caixa FOSC correspondente e suporte para fixação na alvenaria. O valor cotado deverá ser por caixa FOSC interna instalada e fornecida (custo por caixa instalada = R\$/caixa instalada) com 12 (doze) posições (fibras)	
61	Instalação de caixas de emenda padrão FOSC, 24 fibras Idem item 60, 24 (vinte e quatro) posições (fibras)	
63	Instalação de caixas de emenda padrão FOSC, 48 fibras Idem item 60, com 48 (quarenta e oito) posições (fibras)	
65	Instalação de caixas de emenda padrão FOSC, 96 fibras Idem item 60, com 96 (noventa e seis) posições (fibras)	
66	Instalação de caixas de emenda padrão FOSC, 144 fibras Idem item 60, com 144 (cento e quarenta e quatro) posições (fibras)	
67	Instalação de caixas de emenda padrão FIST, 12 fibras Instalação com fornecimento de caixa FIST com kits de fusão para a caixa FIST correspondente e suporte para fixação na alvenaria. O valor cotado deverá ser por caixa FIST instalada e fornecida (custo por equipamento instalado = R\$/equipamento instalado). Com 12 (doze) posições (fibras)	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO

Diário de irregularidades neste instrumento: entre em contato com a Coordenadora de Combate à Corrupção, no telefone (61) 344.9060

68	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST. 24 fibras	Idem item 67, com 24 (vinte e quatro) posições (fibras)
70	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST. 48 fibras	Idem item 67, com 48 (quarenta e oito) posições (fibras)
72	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST. 96 fibras	Idem item 67, com 96 (noventa e seis) posições (fibras)
73	Instalação de caixas de emenda Padrão FIST. 144 fibras	Idem item 67 com 144 (cento e quarenta e quatro) posições (fibras)
74	Cordão óptico 6m monomodo	Cordões ópticos medindo 6 metros com conectores SC-APC x SC-PC
75	Cordão óptico 6m multimodo	Cordões ópticos medindo 6 metros com conectores SC-APC x SC-PC
76	Cordão óptico 6m monomodo	Cordões ópticos medindo 6 metros com conectores LC-PC X LC-PC
77	Cordão óptico 6m multimodo	Cordões ópticos medindo 6 metros com conectores LC-PC X LC-PC
78	Cordão óptico 1,5m monomodo	Cordões ópticos medindo 1,5 metros com conectores SC-APC X SC-APC
79	Cordão óptico 1,5m monomodo	Cordões ópticos medindo 1,5 metros com conectores SC-APC X LC-PC
80	Abertura de cortina de concreto	Abertura e recomposição de cortina em concreto com III.F, impermeabilização com espuma III.F (valor por abertura = R\$ / abertura)
82	Terminador Óptico 12 portas	Instalação com fornecimento de caixa de terminação ótica que permita a emenda de cabo óptico externo com <i>pig tails</i> conectorizados para uso nos órgãos abordados, ou seja, para uso interno. A mesma deve ser em chapa de aço ou alumínio para acomodação das fibras emendadas. Com capacidade para 12 fibras e acabamento pintado com tinta eletrostática texturizada Epóxi-po
83	GBIC Monomodo 20km	Instalação com fornecimento de cartão mini-Gbic para fibra monomodo com padrão de conectorização LC compatível com o equipamento do cliente distancia mínima de 20 Km



84	GBIC Monomodo Monofibra 20 km	Instalação com fornecimento de cartão mini-Gbic para fibra monomodo com padrão de conexão LC Monofibra (TX e RX na mesma fibra) compatível com o equipamento do cliente distância mínima de 20 Km
85	GBIC Monomodo Monofibra 40 km	Instalação com fornecimento de cartão mini-Gbic para fibra monomodo com padrão de conexão LC Monofibra (TX e RX na mesma fibra) compatível com o equipamento do cliente distância mínima de 40 Km
86	Transceiver Monomodo	Instalação com fornecimento de Transceiver 1000Base LX (Monomodo) com conexão SC para 10/100/1000 BaseT.
87	Transceiver Monomodo Monofibra	Instalação com fornecimento de Transceiver 1000BaseLX (Monomodo) com conexão SC Monofibra (TX e RX na mesma fibra) para 10/100/1000 BaseT.
88	GBIC Multimodo	Instalação com fornecimento de cartão mini-Gbic para fibra multimodo com padrão de conexão LC compatível com o equipamento do cliente
89	Transceiver Multimodo	Instalação com fornecimento de Transceiver 1000Base SX (Multimodo) com conexão SC para 10/100/1000 BaseT
90	Gabinete Outdoor	Gabinete outdoor 10 U/S com instalação, start-up e toda infraestrutura básica necessária para funcionamento incluindo instalação elétrica. (Detalhada no ANEXO C)